

Assentamento suscita confronto de lideranças na Vila Planalto

Apesar de nomeado há mais de um mês pelo governador Joaquim Roriz para o cargo de administrador da Vila Planalto, José Roberto de Faria não tem poderes para interferir em qualquer questão de solo da comunidade. Isso o tem colocado em situações embarracosas, como aconteceu sábado, quando 26 famílias da região foram beneficiadas com lotes semi-urbanizados. E que José Roberto está sendo obrigado a ver, de braços cruzados, juntamente com a Associação dos Moradores, o processo inicial de assentamento feito sem qualquer planejamento, e de forma desordenada.

Contrariando decreto do ex-governador José Aparecido, que estabelece providências para o assentamento definitivo das famílias da vila, os 26 lotes foram entregues com a assinatura de títulos provisórios. Os moradores, no entanto, não ficaram com nenhuma cópia do documento e não têm sequer autorização escrita para proceder à ocupação. Os lotes não foram demarcados pela Terracap — como foi anunciado —, mas aproveitaram-se terrenos onde

antigamente existiam casas de engenheiros do canteiro de obras de construção de Brasília.

O critério de escolha das famílias beneficiadas na primeira entrega também foi criticado pelo presidente da Associação dos Moradores, Elmo Marques. Ele acha que muitas famílias que vivem em situação precária não foram beneficiadas, em detrimento de outras que vivem em melhores condições.

O assentamento e outras questões de solo da Vila Planalto são de competência do Grupo Executivo para Tombamento e Preservação da Vila Planalto (Getap), criado há um ano para gerenciar tais problemas que, nas cidades-satélites, são de competência do administrador. Com a designação de um administrador para a Vila Planalto pelo governador Joaquim Roriz, não houve a transferência desses poderes, que continuam a ser exercidos pelo Getap.

CRÍTICAS

O grupo é formado pelo Conselho Comunitário e técnicos de

diversas secretarias, sob coordenação de Olavo Thadeu Câmara, sobre quem recaem pesadas críticas do administrador e dos moradores. Segundo Elmo Marques, muitas das decisões de Câmara têm sido tomadas à revelia dos moradores e, às vezes, contrariando seus interesses. O administrador Faria o acusa de estar fazendo o assentamento sem qualquer estudo prévio da área.

“Um trabalho deste porte não poderia estar sendo feito em caráter provisório e sem planejamento adequado, mas é o que está acontecendo”, diz Faria, que teme que as famílias assentadas no sábado tenham que, num futuro próximo, ser removidas dos terrenos que ocuparam. Ele conta, ainda, que o Getap está trabalhando lentamente e sequer fez o cadastramento das famílias da região.

O primeiro assentamento se baseou num levantamento feito apenas dos casos críticos e sob pressão do Conselho Comunitário, impaciente com a morosidade das decisões. O relacionamento do coordenador do Getap e o administrador é considerado “pessímo” pelo próprio Faria.

Geap diz que morador especula

A Administração Regional da Vila Planalto é uma fantasia, originada na assessoria política do Palácio do Buriti, cujo titular não possui poderes para atuar de forma efetiva no processo de assentamento da comunidade. De maneira contundente, e ainda classificando a participação da associação de moradores como de interesse especulativo, o coordenador do Grupo Executivo para Assentamento e Preservação da Vila Planalto (Geap), Olavo Tadeu, rebateu as críticas de que estaria sendo ditatorial na execução dos trabalhos.

Ressalta que parte da comunidade vem boicotando o estudo

quanto à fixação das famílias, que se daria mediante contratos de concessão e uso do solo por um período de 25 anos, tendo em vista que a liberação dos lotes nesses termos impediria a comercialização posterior. “Os moradores beneficiados somente poderiam repassar o terreno a herdeiros legítimos, o que não corresponde à expectativa dos especuladores”. Denuncia que parte da comunidade espera apenas o termo provisório da ocupação, para, em conjunto, pressionar no sentido da reversão do tombamento do bairro.

Tadeu exemplifica o comportamento nocivo do presidente da Associação de Moradores da

Vila Planalto, Elmo Marques, que antes elogiava a definição das 26 famílias escolhidas para iniciar o trabalho de reassentamento, e “agora busca espaço nos meios de comunicação para rotular a indicação como ditatorial. No encontro marcado com esse intuito, chegou mesmo a parabenizar a decisão do Geap”. O coordenador revela a existência de um arranjo de moradores, interessados em destruir o organismo.

Para efetivar a ocupação do solo no polígono tombado, que em princípio beneficiará 11 famílias, o Grupo Executivo depende da execução do serviço topográfico da Terracap.